

As mobilizações e o protagonismo do movimento feminista no Brasil: indícios, associações e lutas

**ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline.
Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer.
Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022. 352p.**

Jamile Pinheiro da Silva
Graduanda em História
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
jamilopinheiro.silva@aluno.uece.br

Recebido: 30/09/2022
Aprovado: 31/03/2023

A obra é o mais recente trabalho sobre a trajetória do movimento feminista no Brasil. O livro é organizado pelas pesquisadoras Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy e reúne artigos que nos apresentam uma contribuição da história do feminino e da memória social das mulheres. Memória essa que é possível observar na própria atuação das autoras que também colaboram no percurso das lutas pelos direitos de igualdade social e emancipação do gênero feminino.

O livro lançado pela editora Bazar do Tempo em 08 de março de 2022 é uma realização que pretendeu construir uma rememoração sobre as lutas de protagonistas que instauraram as primeiras associações feministas no Brasil. Articulado em nove capítulos, as temáticas são situadas de forma cronológica sobre as peculiaridades do movimento. Além disso, busca a todo instante apresentar fontes como imagens e entrevistas para melhor situar a passagem dos acontecimentos. Ao fim do exemplar, é restaurado de forma historiográfica e bibliográfica a ocupação e vivências das mulheres que fizeram parte dessa construção.

Nos três capítulos iniciais, I, II e III são abordados como performa-se a teoria dos campos históricos sobre estudos de gênero apontando a sistematização do patriarcado e as primeiras mulheres a lutarem e contribuírem para um desfecho na desigualdade de gênero no país. Antes

mesmo de posicionar as mulheres em um grupo visivelmente determinante na história as autoras exibem o fator de inferioridade existente pelo sistema patriarcal, ou até antes mesmo da formação de um conjunto que também já classificava o poder predominante entre os homens, descritos através da atitude de pecado realizada por Eva, condenada como responsável pela maldade do mundo.

Diante desse aspecto, são exibidas múltiplas alusões com relação ao tratamento das mulheres ao longo dos séculos, sendo resgatadas as facetas que as ocultaram da história, demonstrando que eram citadas em poucas fases a partir de uma que as mostrava desfavoravelmente. Através de inúmeros exemplos podemos ressaltar o homem como o sujeito universal e as condições hostis em que incessantemente fora posto o gênero feminino.

Na II, são retratadas mulheres consideradas percussoras que se transformaram em referências para as brasileiras. No ano de 1782 na Inglaterra, Mary Wollstonecraft foi convicta ao publicar *Reivindicações dos direitos da mulher*. Mary escreve o livro como forma de manifestar seus direitos e apelos, diferentemente do que era condicionado ao seu sexo. Já no século XX estadunidenses e inglesas, mediante numerosas resistências, as declaravam sujeitos civis e determinantes, precisando comprovar sua “competência, coragem e patriotismo por sua participação nas frentes de batalha e no esforço doméstico durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), para que seu voto fosse finalmente conquistado” (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 58-59).

Ainda no século XIX, mas já no Brasil, também há indícios de tentativas de mudar o estado civil instruído pelos homens. Com uma tradução livre da obra *Reivindicações dos direitos da mulher*, Nísia Floresta foi uma das primeiras a trazer discussões como estas no intento de tentar mudar o contexto desfavorável em que estavam inseridas as mulheres brasileiras. Depois disso, várias outras mulheres foram se manifestando de diversas formas, como é visto no texto,

Violante Bivar e Velasco, nascida em 1817, em Salvador, funda, em 1852, o primeiro jornal redigido por mulheres, o *Jornal de senhoras*. Francisca Senhorinha da Motta Diniz, nascida em São João del Rei, funda, 21 anos depois, em 1873, outro jornal todo editado por mulheres, *O sexo feminino*, abolicionistas, republicano e sufragista. Josefina Álvares de Azevedo, em 1878, inaugura a revista *A família*, e escreve e encena, em São Paulo, a peça *O voto feminino* (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 65) [Grifo das autoras].

Em continuidade, no terceiro capítulo, no ano de 1932, são abordadas as sufragistas do Brasil. Com o enfretamento e conquista do voto feminino, elas iniciam um processo de questionamento mais sistemático a um estado tradicionalmente determinado por homens. Deste modo, a história do voto da mulher é acompanhada pela trajetória também das mesmas na academia embora sua inserção naqueles espaços tendo ocorrido de forma tardia.

Antes de 1932, algumas mulheres se destacaram por exercerem cargos e votarem. É preciso então apresentar o protótipo de mulher que protagonizou a obtenção do voto. Seguindo esse contexto, Bertha Lutz se revela como uma das mais importantes sufragistas expondo a público uma carta redigindo os direitos do seu sexo. Ainda que oriunda da elite e tendo passando sua juventude na Inglaterra, Bertha despertou cedo seu interesse pela luta das mulheres.

Encerrando os três capítulos iniciais, as organizações das sufragistas brasileiras mostraram os primeiros passos do movimento feminista conhecido como Primeira Onda. Contudo, essas mobilizações deixaram lacunas que posteriormente foram revistas a partir das discussões das vertentes feministas que hoje conhecemos como Marxista, Seccional e, principalmente, aquela conhecida como Feminismo Negro. Isto é importante, pois é importante não esquecermos que as mulheres que lutaram pelo voto tinham notadamente uma classe social mais abastada, além de serem brancas, algo que suas lutas não fossem de fato coletivas, muito embora houvessem exceções como o caso da “Antonieta de Barros, eleita deputada estadual em 1934” (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 75).

O ano de 1968 foi intenso e ficou marcado mundialmente por ocorrerem em várias partes do mundo mobilizações estudantis, a articulação de movimentos operários solicitando melhores condições de trabalho, além de inúmeras mobilizações de gênero. Desta forma, nos capítulos IV, V e VI, são discutidas as articulações das resistências organizadas pelos jovens que foram às ruas lutar contra a Ditadura Civil-Militar brasileira que havia se iniciado após o Golpe de 1964. Desta forma, é possível observar nestes trechos da obra o protagonismo feminino agindo junto as instituições de partidos naquele momento vistos como ilegais, indo às marchas e se rebelando contra a censura e perseguição a tudo aquilo que era encarado como comunista, subversivo ou mesmo uma ameaça à família e aos “bons costumes”.

Mediante a conjuntura posta pelo sistema autoritário dos militares, as mulheres enfrentavam uma dupla dificuldade. Neste sentido, as autoras discorrem sobre o interessante conceito de “dupla militância”, ação que se constituía pela resistência tanto contra a ditadura como também contra o machismo dentro dos partidos e demais associações de esquerda/resistência. Foi nos anos de 1970, período posteriormente nomeado de “Década da mulher” que ocorreu a criação de vários núcleos e grupos feministas que se articulavam em prol da democracia e da diversidade.

Com essas reflexões e o impulso da participação de alguns grupos feministas na Semana Brasileira de Imprensa (ABI), esses núcleos ganharam estatutos e espaços concretos que foram usados para acolher mulheres que sofriam qualquer tipo de violência. Assim, nos capítulos V e VI, são analisados os principais grupos que realizaram atividades de apoio as mulheres a partir daquele contexto, sendo citados o Centro da Mulher Brasileira (CMB), o Coletivo de Mulheres Brasileiras, o SOS Mulher e o Grupo 8 de março dentre outras organizações como o Fórum Feminista e Advocacia Feminista, que também auxiliavam as mulheres contra a repressão e demais violências.

Na sequência das criações de todos os centros e instituições vinculadas ao aparato de defesa e apoio das mulheres brasileiras, nos capítulos finais da obra, Alves e Pitanguy detalham outras comissões produzidas pelas mesmas fundamentadas no envolvimento que elas tiveram ao adentrarem na política. No fim da década de 80, já em um contexto de busca por uma redemocratização do país, especialmente a partir das manifestações de Diretas Já, pode-se perceber uma interessante mobilização social no intento não só de questionar a Ditadura, mas em também reconhecer o poder de todos esses grupos. Com essas articulações e emancipações dos movimentos, as autoras destacam uma Carta Constitucional escrita por Silva Pimenta,

Após 21 anos da ditadura de 1964 a 1985, nosso país foi berço de efervescência política admirável que impulsionou a sociedade civil a participar ativamente da construção de uma nova Constituição, plenamente garantidora dos direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais. Vale ressaltar que o Brasil não explodiu miraculosamente... (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 228).

Foi nesse contexto de lutas e transformações no interior do Estado brasileiro que em 1985 fora fundado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) que conduziu a maior comissão da segunda onda feminista no Brasil. Espalhados em grupos menores por todos os Estados, o

CNDM recebeu numerosas agentes que auxiliaram em diversos aspectos a luta das feministas, de forma que as autoras ressaltam: “Com o objetivo de criar uma política de Estado transversal, buscou interlocução com os ministérios do Trabalho, Educação, Saúde, Cultura, Justiça, Reforma Agrária, para que se incluíssem em seus programas a perspectiva de gênero...” (ALVES, PITANGUY, 2022, p. 239). No entanto, mesmo com um grande apoio inicialmente, ao longo dos anos permaneceram inúmeras problemáticas que dificultaram as execuções do conselho.

No último capítulo é realizada uma reflexão sobre os caminhos percorridos nas vivências de todas essas mulheres que ajudaram a construir caminhos e a questionar as barreiras que o sistema patriarcal impõe até os dias atuais a todas as mulheres. Além disso, nas páginas finais da obra são exibidas ainda as notas das autoras e algumas fotos dos grupos e movimentos feministas discutidos.

Referências bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **Feminismo no Brasil: memórias de quem fez acontecer.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.